

16/11/2022

# Como será o governo Lula III?

## Reflexos nas áreas sindical e trabalhista

José Pastore <sup>1</sup>

### Sumário Executivo

Este ensaio tenta prever como será o novo governo Lula com base na história do PT e nas administrações anteriores (2003-16). Um dos traços daquela época foi a intensa utilização de comissões, conselhos e conferências para tratar dos mais diversos assuntos (saúde, educação, trabalho, meio ambiente, etc.). Com base nisso, o ensaio explora a repetição ou a desistência daquele assembleísmo que, de um lado, dava voz às bases, mas, de outro, tornava a administração pública lenta e politizada. Em particular, são examinados os reflexos desse estilo de governar nas áreas sindical e trabalhista. Na primeira, antecipa-se a busca de novas formas de custeio para as entidades sindicais e mudanças na organização sindical do Brasil, incluindo a sindicalização de trabalhadores de plataformas digitais e outras formas de trabalhar. Na segunda, examinam-se possíveis mudanças pontuais na reforma trabalhista com destaque para a terceirização, demissão coletiva, regras de negociação coletiva, normas de saúde e segurança e novas formas de contratação do trabalho.

### 1. Breve análise do cenário econômico

Após dois anos de pandemia, seca na agricultura e crise energética (provocada pela guerra da Ucrânia), a economia brasileira passou a apresentar sinais de recuperação. Para 2022, a taxa de crescimento do PIB é estimada em 2,8%; a inflação deve ficar em 5,7%; a taxa de desemprego em 8%; e o saldo da balança comercial em aproximadamente US\$ 55 bilhões. <sup>2</sup>

Mas, nem tudo são flores. O desequilíbrio das finanças públicas é grave. Uma eventual política expansionista de Lula para atender as promessas de campanha provocará uma

---

<sup>1</sup> Professor aposentado da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. O Autor agradece as sugestões e comentários de Bolívar Lamounier, Emerson Casalli, Hélio Zylberstajn José Augusto C. Fernandes, José Paulo Chahad, José Roberto Mendonça de Barros, Magnus R. Apostólico, Marcel Solimeo, Murillo Aragão, Paulo Delgado, Sylvia Lorena e Uziel Nogueira. Para contato: [j.pastore@uol.com.br](mailto:j.pastore@uol.com.br)

<sup>2</sup> Carta de Conjuntura, Brasília: IPEA, 3º trimestre de 2022.

política contracionista do Banco Central com elevação dos juros e redução do crescimento econômico.<sup>3</sup>

Problema semelhante afeta vários países. Uma inflação inusitada de mais de 7% está obrigando os Bancos Centrais das nações avançadas a elevar as taxas de juros de modo expressivo, a ponto de se antever uma recessão mundial que pode afetar ao Brasil.

Tudo isso mostra que será preciso muita cautela para navegar nesses mares revoltos. No Brasil, questões políticas podem agravar as dificuldades como seria um eventual cabo de guerra entre a área política e a área econômica do novo governo.

Da solução a ser dada surgirão indicações mais claras sobre a orientação do governo Lula para 2023-26. No momento, várias questões persistem. Em que medida o governo respeitará a Lei de Responsabilidade Fiscal? Qual será a conduta do PT e partidos coligados em relação às privatizações? Como serão acomodadas as várias facções e tensões da coligação que elegeu Lula?<sup>4</sup> E quais os eventuais impactos do novo estilo de governar nas áreas sindical e trabalhista?

## 2. PT: passado e presente

O Partido dos Trabalhadores, fundado em 10 de fevereiro de 1980, nasceu na esteira do marxismo misturado com catolicismo. Apesar de ter contado com a simpatia de grupos intelectuais, o PT mostrou logo um forte enraizamento com os movimentos sociais de base em uma sociedade muito desigual. Desde o início se apresentou como defensor das classes destituídas.<sup>5</sup> E nessa defesa, ficou na oposição por muito tempo. Cabe lembrar que Lula e os parlamentares do PT não assinaram a Constituição de 1988 e tampouco a Lei de Responsabilidade Fiscal no ano 2000. Contestaram o Plano Real e o sistema de cambio flexível e o de metas da inflação. O partido propunha a transformação da economia na qual o Estado-Empreendedor seria a locomotiva do desenvolvimento econômico. O PT sempre foi contra a privatização. Houve época em que movimentos liderados pelo Partido dos Trabalhadores promoveram invasões de propriedades rurais e urbanas. Nos dois mandatos de Lula (2003-2010), a média de invasões de propriedades

---

<sup>3</sup> As primeiras decisões do Grupo de Transição do Governo Lula prometem gastos gigantescos e estimados em R\$ 175 bilhões para atender as promessas de campanha nos campos do Bolsa Família, adicional por filho, aumento real do salário mínimo e mudança na tabela do imposto de renda.

<sup>4</sup> No primeiro turno, Lula teve o apoio do PT, PV, PCdoB, PSOL, Rede, PSB, Solidariedade, Pros, Avante e Agir. No segundo turno, houve a adesão do PDT, Cidadania, PCB, PSTU, PCO e Unidade Popular. Foram 16 partidos.

<sup>5</sup> Para uma análise detalhada da evolução do Partido dos Trabalhadores, ver Celso Rocha de Barros, **PT - uma história**, São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

rurais foi de 246 por ano. Com Dilma Rousseff (2011-2016) caiu para 162. Sob Michel Temer (2016-2018) foram 27 por ano e com Jair Bolsonaro, nove. Ameaças de volta ao passado já foram antecipadas. “Acho que a vitória do Lula, vai ter como consequência natural, um ‘reânimo’ para nós retomarmos as grandes mobilizações de massa”, diz [João Pedro] Stedile que se notabilizou por invasões predatórias no campo.<sup>6</sup>

#### **a. Assembleísmo como método de trabalho**

O PT nunca escondeu seu desejo de substituir a *democracia representativa* pela *democracia participativa*, com ampla liberdade de voz, voto e ação para os movimentos sociais de base. Para dar vida à democracia participativa, o PT praticou intensamente o assembleísmo por meio da ativação de inúmeros conselhos locais, municipais, estaduais e conferências nacionais. O objetivo alegado era o de obter sugestões de políticas públicas. Assim foram os conselhos e as conferências do idoso, da mulher, de recursos hídricos, do combate à discriminação, dos direitos dos portadores de deficiência, da economia solidária, das cidades, da juventude, do trabalho infantil e várias outros.<sup>7</sup> Algumas iniciativas tiveram caráter internacional como foi a Conferência Nacional pelo Emprego e Trabalho Decente, realizada em 2012, com a participação da OIT.

Em praticamente todos os casos, as discussões nesses grupos eram infundáveis e as conclusões (quando obtidas) engrossavam relatórios que se acumulavam nos órgãos públicos. O assembleísmo retardava as decisões do governo. O Estado que normalmente é lento, com o assembleísmo, se tornava mais lento.

Ao que parece, o assembleísmo vai continuar. É o que consta das “Diretrizes do Governo Lula-Alckmin 2023-26”:

“Estamos comprometidos com a retomada do diálogo com todos os movimentos sociais, organizações da sociedade civil e representações populares, compreendendo-os como importantes protagonistas na reconstrução do Brasil”.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> “MST acena com retomada de invasões de terras em caso de vitória de Lula”, **Veja**, 05/09/2022.

<sup>7</sup> Para uma visão abrangente das numerosas conferências e conselhos criados nos governos do PT, ver Secretaria Nacional de Articulação Social, “Participação Social no Governo Federal – Conferências Nacionais e Conselhos Nacionais”, [www.planalto.gov.br/secgeral](http://www.planalto.gov.br/secgeral)

<sup>8</sup> “Diretrizes para o Programa de Reconstrução e Transformação do Brasil – Lula-Alckmin 2023-2026”.

Com a prática do assembleísmo, o PT sempre ficou ao lado dos grupos vulneráveis, sindicatos laborais, ONGs e representantes de “coletivos”.<sup>9</sup> Os grupos de base sentiam que tinham voz. Muitos eram nomeados em cargos de diversos níveis.<sup>10</sup>

Como regra, as sugestões das assembleias procuravam sempre transformar o *legítimo* em *legal*, desconsiderando que todo direito tem custo.<sup>11</sup> Com isso, o assembleísmo exercia forte pressão junto aos poderes executivo e legislativo. Uma pesquisa realizada em 2009 revelou que cerca de quatro mil projetos de lei foram inspirados em duas mil diretrizes resultantes das conferências nacionais.<sup>12</sup> A maioria não chegou a tramitar.

A realização dessas reuniões gerava despesas para o governo (viagens, aluguel de espaços, alimentação, assessorias, etc.). Para o PT era importante manter a mobilização permanente – uma forma indireta de aparelhar a máquina administrativa. Nas eleições, muitos participantes desses grupos atuavam como cabos eleitorais.

Até 2014 haviam participado do assembleísmo, mais de sete milhões de brasileiros.<sup>13</sup> O governo Lula chegou a executar um “Programa de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais”.

#### **b. Novo assembleísmo 2023-26?**

O assembleísmo foi praticado até o final do Governo Dilma Rousseff (2016). De lá para cá, os tempos mudaram. A própria pandemia mostrou ser desnecessário gastar tantos recursos com reuniões presenciais. O teletrabalho se consolidou. Será que o PT e partidos coligados insistirão em um assembleísmo presencial ou partirão para reuniões virtuais mais simples? Ou desistirão do assembleísmo?

A desistência parece pouco provável. Lula, no seu primeiro discurso como presidente eleito anunciou a recriação do “Conselhão” (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social). O propósito parece ser o mesmo: dar vida à democracia participativa, como indicado nas suas palavras:

---

<sup>9</sup> Coletivos são grupos reunidos por assunto (gênero, raça, sindicatos, etc.)

<sup>10</sup> No primeiro mandato de Lula, o aparelhamento do Estado em nível federal visou os cargos mais altos e mais estratégicos. Cerca de 45% da cúpula do governo (que leva em conta os cargos de níveis 5 e 6) era composta de sindicalistas ligados à CUT e ao PT. Ver Maria Celina de Araújo, **A Elite dirigente do governo Lula**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010

<sup>11</sup> Stephen Holmes, Cass R. Sunstein, **O custo dos direitos: Por que a liberdade depende dos impostos**, São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2019

<sup>12</sup> Thamy Progrebinschi, “As Conferências Nacionais e o Experimentalismo Democrático Brasileiro”, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

<sup>13</sup> Secretaria do Governo Federal, “Conferências Nacionais 2013-14”, Brasília, 2015

“No nosso governo, vamos ouvir novamente as bases: vamos trazer de volta as conferências nacionais para propor políticas públicas em cada área: educação, saúde, cultura, habitação, ...” [citou uma longa lista de assuntos]. “As grandes decisões políticas não serão tomadas na calada da noite e sim após um amplo diálogo com a sociedade”.<sup>14</sup>

As “Diretrizes do Governo Lula-Alckmin 2023-26” propõe explicitamente:

“Precisamos de uma reforma política que fortaleça as instituições da democracia representativa e, ao mesmo tempo, amplie os instrumentos da democracia participativa”... “Isso exige a abertura de um amplo debate nacional”.

O assembleísmo parece continuar. Os primeiros sinais foram observados na criação de 31 grupos temáticos para fazer a transição entre os governos Bolsonaro e Lula. Cada grupo é constituído por no mínimo quatro integrantes, um assessor administrativo e quinze voluntários. Em 16 de novembro de 2022, o grupo tinha 283 pessoas. Foi formado também um Conselho de Transição Governamental integrado por 12 representantes de partidos políticos.

Todavia, há ações que exigem velocidade e competência técnica. É o caso do controle do déficit público, por exemplo, que é crucial para atrair investimentos. Igualmente importantes são as ações para elevar a produtividade do trabalho. Ou seja, Lula terá de implementar uma política econômica austera em um ambiente que exige o assembleísmo, o empreguismo e a ganância. Muitos dos líderes dos movimentos sociais já deixaram claro que não farão oposição a Lula, mas, não aceitarão o desprezo às suas causas em favor do cumprimento de metas econômicas. “Vamos ter de combinar pau e prosa”, prometem os dirigentes do MST.<sup>15</sup>

Em que medida isso afetará a velocidade do crescimento econômico e da geração de empregos? Qual será o impacto desse embate no ambiente sindical e nas relações de trabalho em geral?

---

<sup>14</sup> Discurso da vitória realizado na Avenida Paulista em 30/10/2022

<sup>15</sup> “Lula terá relação delicada com movimentos sociais no novo governo”, Declaração de João Paulo Rodrigues, coordenador do MST, **Folha**, 13/11/2022

O assembleísmo poderá ganhar corpo especialmente na discussão de temas sociais (educação, saúde, habitação, indígenas, etc.) e em pautas ideológicas como, por exemplo, o controle da mídia, a reforma sindical e as regras trabalhistas.

### c. Controle da mídia

Dentre as políticas propostas pelo PT nos governos passados está o controle da mídia e da cultura. A inspiração deve ter vindo das propostas Antônio Gramsci.<sup>16</sup> Gramsci pregava que a melhor maneira de se implantar um governo participativo é por meio dos mecanismos da persuasão e não da intervenção armada como ocorreu na Rússia em 1917. Dentre os processos de persuasão estava o controle efetivo da educação, cultura e imprensa.

Durante a campanha eleitoral de 2022, Lula anunciou novamente o seu desejo de modificar o Código Brasileiro de Telecomunicações (1962) que regula as emissoras de rádio e televisão. Essa ideia vem de longe. Em 2010, o Jornalista Franklin Martins, que foi Ministro das Comunicações, coordenou a elaboração de um anteprojeto de lei com esse propósito. Trata-se de um documento de 97 páginas e 297 artigos que ficou em sigilo até 2020, quando veio a público em uma tese de doutoramento apresentada na Universidade de São Paulo.<sup>17</sup>

Nesse campo, Lula e o PT parecem acalentar a ideia de controlar a palavra e o pensamento nas diferentes mídias do Brasil como ocorre na China, Cuba, Nicarágua, Venezuela e outras nações. Eles argumentam que as empresas de rádio e televisão têm caráter privado e mercantil. Por serem concessões do Estado, elas devem ser sujeitas a um controle democrático. Isso inclui o controle dos jornais e das redes sociais. Fala-se em uma nova *política informacional* onde o censor seria a população.<sup>18</sup>

Em pronunciamento recente, Lula demonstrou sua intensão em levar essa questão ao Congresso Nacional. Referindo-se ao anteprojeto de Franklin Martins, disse:

---

<sup>16</sup> Antônio Gramsci, **Cadernos do cárcere**, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001

<sup>17</sup> Camilo Vannuchi, “Direito humano à comunicação”, Tese de Doutorado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2020. Nesse anteprojeto, Franklin Martins propôs uma poderosa maquinaria para regular a mídia, a saber, (1) a criação do Plano Nacional das Comunicações; (2) a criação do Conselho Nacional de Políticas de Comunicações; (3) a transformação da ANCINE em Agência Nacional de Comunicação Social Eletrônica; (4) um reordenamento das atribuições do Ministério das Comunicações; (5) um reordenamento das competências da ANATEL; (6) a organização dos serviços de comunicação eletrônica, inclusive os serviços de telecomunicações; (7) a organização dos serviços de comunicação social eletrônica; (8) a organização dos serviços de radiodifusão.

<sup>18</sup> “Lula defende regulação dos meios de comunicação e da internet, mas diz que censor deve ser a população”, **Valor**, 09/02/2022.

"Tenho que fazer uma autocrítica. Nós não tratamos a reforma da comunicação, a regulação (da mídia), como deveria ser tratada. Aprovamos (no meu governo) um programa para que a gente pudesse regulamentar os meios de comunicação. (...) Eu não sei por que 'cargas d'água' não foi colocado no Congresso esse projeto." <sup>19</sup>

O assunto é muito delicado. É pouco provável que os parlamentares recém-eleitos em 2022 venham concordar com a ideia de regular a mídia por meio de leis restritivas. Restará ao PT o acionamento de intervenções de caráter burocrático. A conferir.

#### **d. Gramsci e o PT**

Na formação histórica do PT, os primeiros líderes estavam convencidos da estratégia gradualista de Gramsci. Junto com Francisco de Oliveira e João Pedro Stédile, José Genoíno, que foi presidente do PT, pensava o seguinte:

“A partir das formulações de Antonio Gramsci, os partidos de esquerda aceitam as premissas do jogo político democrático... Trata-se de lutar, gradualmente, pela hegemonia política, cultural e moral (valores) no interior das sociedades democráticas”. <sup>20</sup>

Tarso Genro, que também foi presidente do PT, publicou um livro na mesma direção:

“A adaptação aos novos métodos de trabalho não pode se dar apenas pela coerção. Esta deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso”. <sup>21</sup>

“No que se refere à questão da informação, impõe-se uma estratégia que direcione a sociedade para uma forma de socialismo democrático que se baseie em uma estrutura estatal de caráter político-administrativo...”<sup>22</sup>

<sup>19</sup> “Lula fala sobre regulação da mídia e é criticado por apologia à censura”, **R7, Refletindo sobre a notícia**, 23/08/2021.

<sup>20</sup> José Genoíno et. al., **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**, São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2000. O trecho acima foi publicado em José Genoíno, “A esquerda e as reformas”, resumo publicado em **O Estado de S. Paulo**, 07/06/2003.

<sup>21</sup> Tarso Genro, **Esquerda em Processo**, São Paulo: Ed. Vozes, 2004, p. 48.

<sup>22</sup> Tarso Genro, op. cit., p. 87

Em suma, para os pioneiros da formação do PT, o novo socialismo tinha de ser buscado por meio de uma “revolução espontânea” com base na educação, propaganda e ação massiva junto aos grupos desprotegidos.<sup>23</sup> Estava claro que o poder não se toma, se constrói. O PT pretendia ser um partido hegemônico para consolidar um projeto de poder para durar muitas décadas.

Todavia, com a eclosão dos escândalos de corrupção no primeiro mandato de Lula em 2005 (“mensalão”), ele foi levado a suspender a estratégia indicada, passando a intensificar os programas sociais e, com base neles, atender destituídos pela via do Bolsa Família, PROUNI, FIES, Farmácia Popular, Luz para Todos, cisternas e aumento real do salário mínimo e por medidas creditícias e outros estímulos aos empreendedores.

24

Essa é a história dos primeiros passos do PT no governo central. Será que ainda há espaço para um partido político hegemônico no Brasil? É pouco provável. Nas primeiras semanas após a eleição, Lula já se compunha com o MDB, PSD, União Brasil e outros partidos que não apoiam a ideia de hegemonia. Da mesma forma, as bancadas multipartidárias como a do agro e a dos evangélicos defendem interesses de longo prazo e longe de qualquer hegemonia.

#### e. Expansão da máquina pública

A forte expansão da máquina pública sempre esteve presente nos governos do PT. Entre 2005-06, o governo Lula criou 404 mil postos de trabalho para servidores da administração pública, de forma direta e por via de convênios com estados e municípios. No nível federal, aumentou o número de carreiras dos servidores públicos de 31 para 317.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Gramsci alertava os militantes do socialismo para o fato de que os trabalhadores não odeiam as classes médias e a elite e nem têm disposição para destruir a ordem existente. O importante é destruir os valores prevalecentes nessas classes, o que exige persuasão e ação deliberada. O novo socialismo seria baseado, assim, em uma revolução com o povo e não sem povo como foi na Rússia, em 1917. Antônio Gramsci, **Cadernos do cárcere**, São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2002; Sergio Augusto de Avellar Coutinho **A Revolução Gramscista no Ocidente**, São Paulo: Editora Ombro a Ombro, 2005; Marcel Domingos Solimeo, “Gramsci e o Brasil”, São Paulo: Associação Comercial de São Paulo, 2015.

<sup>24</sup> Para assegurar a produção e o crescimento, foram aprovados alguns alívios tributários, estímulos a investimentos setorializados (campeões nacionais) e ampliação do crédito aos consumidores, em especial, o vinculado às folhas de pagamento e às aposentadorias e pensões.

<sup>25</sup> “Lula triplica número de carreiras no Executivo”, **Folha**, 20/06/2010.



No aparelhamento da máquina pública, teve destaque a contratação de milhares de dirigentes sindicais <sup>26</sup> que passaram a ser peças-chaves para levar adiante a filosofia do PT. <sup>27</sup> As centrais sindicais receberam recursos do governo com base em lei promovida por Lula e aprovada pelo Congresso Nacional (Lei 11.648/2008), que proporcionou contratações de muitos militantes para fazer crescer as ações sindicais e políticas.

A partir do governo de Michel Temer, a máquina pública foi gradualmente desaparelhada. Mas, o reaparelhamento da máquina pública é provável. Para o quadriênio 2023-26, Lula anunciou a criação de mais de 30 ministérios. Os que têm grande capilaridade (educação, saúde, previdência e o que vai cuidar do Bolsa Família), despertam grande interesse dos sindicalistas e líderes de movimentos sociais.

Com o PT no poder, diminuem as possibilidades de privatização porque grande parte do empreguismo é realizada nas empresas estatais. Durante a campanha, Lula anunciou um plano de revisão das concessões realizadas por Jair Bolsonaro. No seu mandato, Bolsonaro privatizou 1/3 das empresas estatais (73 empresas) o que rendeu cerca de R\$ 300 bilhões. <sup>28</sup> Só na área de transporte, as concessões renderam R\$ 100 bilhões, podendo chegar a R\$ 200 bilhões até o final de 2022. <sup>29</sup>

Por não gostar de privatizações, <sup>30</sup> a militância do PT e coligados pode querer controlar as agências reguladoras, como fizeram nos governos anteriores. <sup>31</sup> Este é um campo sensível. Qualquer complicação no terreno da regulação de concessões pode desestimular investimentos pesados nas áreas de energia, saneamento, petróleo, comunicações e outro. <sup>32</sup>

Durante os 14 anos de governo do PT, com a penetração de militantes sindicais e de ONGs na burocracia governamental e nos vários conselhos, comissões e conferências,

---

<sup>26</sup> De certo modo, a penetração dos sindicalistas na máquina pública foi uma reedição do processo de cooptação dos sindicatos pelo governo, nos moldes do corporativismo praticado por Getúlio Vargas.

<sup>27</sup> Merval Pereira, “Máquina politizada”, **O Globo**, 23/01/2010

<sup>28</sup> “Bolsonaro arrecada R\$ 304,2 bilhões com privatizações”, **Poder**, 17/07/2022.

<sup>29</sup> “Privatizações [em transporte] geraram R\$ 100 bilhões e Governo quer dobrar valor”, diz ministro Marcelo Sampaio, **Suno Notícias**, 15/06/2022.

<sup>30</sup> Seja qual for o motivo alegado, as empresas estatais sempre foram usadas para o empreguismo político, não apenas do PT, mas de praticamente todos os partidos.

<sup>31</sup> No primeiro mandato, o governo Lula bloqueou 79% dos recursos das agências reguladoras.

<sup>32</sup> Aqui há um aspecto cultural interessante. As pesquisas de opinião pública mostram que grande parte dos brasileiros gosta mais de estatização do que de privatização. A única área em que a privatização é privilegiada pelo povo é a da telefonia devido ao fácil acesso aos telefones celulares. Antônio Carlos Almeida, **A Cabeça do Brasileiro**, Rio de Janeiro: Editora Record, 2007. Pesquisa realizada em 2021 mostrou que quase 60% dos brasileiros continuam sendo contra as privatizações. “Pesquisa mostra que 59% dos entrevistados são contra privatizações”, **Veja**, 24/02/2021.

notou-se também um crescimento da corrupção que dominou os últimos anos do governo Lula como foi o caso do “petrolão”.

### **3. Processo decisório no governo Lula III**

O que se pode esperar da máquina pública no terreno da eficiência da economia brasileira? O governo do PT sempre se caracterizou por uma esquerda do tipo burocrático-sindical que almejava ter poder para se perpetuar no controle do Estado. Não se trata de uma esquerda revolucionária. Lula é um homem conservador. Ele sabe que o crescimento econômico é essencial para o fortalecimento do governo e sobrevivência do governante.

É provável que isso venha a criar um ambiente de negócios mais estimulante e expedito no mandato de 2023-26. Ademais, com a eleição de parlamentares de centro-direita e simpatizantes da iniciativa privada, o governo enfrentará uma oposição aguerrida e que detesta o assembleísmo exagerado. Todavia, não se pode descartar a eventual adesão desses parlamentares aos apelos de Lula se isso representar vantagens políticas.

#### **a. É vantajoso investir no Brasil?**

O potencial de consumo do Brasil é enorme. Boas políticas no ambiente de negócios podem levar o Brasil a aproveitar oportunidades que surgem a cada dia. A crise energética na Europa, por exemplo, obrigou o fechamento de indústrias intensivas em energia em vários países e reabertura das mesmas no Brasil como é o caso da produção de alumínio. As alternativas de energia limpa no Brasil atraem investidores globais. Os grandes fundos privados e os *endowments* buscam empresas que podem cumprir a filosofia do ESG <sup>33</sup> com mais facilidade. Uma boa gestão da questão ambiental pode render muitos novos negócios e empregos.

Além disso, a elevação do poder de compra dos mais pobres, promovida em grande parte pelos programas de transferência de renda do Brasil, que devem continuar, amplia as oportunidades de vendas e lucros.

#### **b. Reformas estruturais**

Mas, nada disso dispensa as reformas estruturais. Nesse campo, há assuntos muito delicados para a militância do PT como é o caso da reforma administrativa que mexe com os servidores públicos, muitos deles filiados a sindicatos da Central Única dos

---

<sup>33</sup> ESG é a sigla referente a “Environment and Social Governance)

Trabalhadores (CUT) que é o braço sindical do PT. Nas Diretrizes do Governo Lula-Alckmin 2023-26 há menções às reformas tributária, agrária, urbana, etc., mas nenhuma referência à reforma administrativa.

A gravidade do quadro fiscal deveria provocar mudanças no assembleísmo praticado pelo PT, deixando de lado o Estado-Empreendedor, tornando decisões mais rápidas e bem orientadas que valorizem o capital humano, a produtividade e a competitividade da economia brasileira.

Lula repetiu várias vezes durante a campanha que não será um governo petista, pois a vitória foi devida à referida coligação de 16 partidos. Dentro da coligação que o elegeu estão partidos como o PSOL, PCdoB, PSTU e muitas alas do PT que ainda mantêm uma visão sectária da livre concorrência e dos que desejam investir e ganhar dinheiro na economia brasileira. É claro que a liderança de Lula é maior do que todos esses partidos. Mas, a sua liberdade tem limites. O seu estilo final de governo deverá guardar traços de uma composição partidária bastante complexa.

#### **4. Ações na área sindical**

O trabalho a ser realizado na área sindical deve envolver várias frentes: melhoria da representatividade dos sindicatos, melhor articulação dos sindicatos com as centrais sindicais, rearticulação dos convênios entre governo e sindicatos nos moldes dos que foram praticados durante os 14 anos de governo do PT e outros.

Por força das grandes mudanças ocorridas no mercado de trabalho, as lideranças sindicais devem ser demandadas a implementar projetos inovadores. As novas formas de trabalhar – conta própria, autônomos, terceirizados, via plataformas digitais, etc. – promovem uma enorme descentralização do trabalho e dificultam a ação sindical. Além do mais, os próprios dirigentes sindicais diminuíram em número, o que reduz o poder de mobilização de grandes grupos para integrar comissões, conselhos e conferências. Esse é um desafio que pode reativar o assembleísmo praticado no passado.

##### **a. O custeio dos sindicatos**

Para as centrais sindicais e o sindicalismo laboral em geral, a prioridade número um é restabelecer um esquema de financiamento que dê estabilidade para as suas ações. Nesse campo, as “Diretrizes do Governo Lula-Alckmin 2023-26” assim se refere:

“Serão respeitadas as decisões de financiamento solidário e democrático da estrutura sindical”.

Durante a campanha, Lula repetiu várias vezes que a nova contribuição não será o velho imposto sindical e que tudo será feito por meio da negociação coletiva.

“Vamos montar uma mesa de negociação entre trabalhadores, empresários e governo” para achar uma solução.<sup>34</sup>

Várias lideranças de sindicatos laborais têm falado na criação de uma contribuição sindical a ser aprovada em assembleia de trabalhadores, filiados e não filiados aos sindicatos. Essa contribuição faria parte dos contratos coletivos de trabalho (acordos e convenções) e cobrada de todos os trabalhadores beneficiados com esses contratos, com direito a oposição. A contribuição seria descontada em folha de salários e repassada diretamente aos sindicatos laborais. Os trabalhadores que viessem a se opor não desfrutariam dos benefícios daqueles contratos – o que gera muita dificuldade para a administração do pessoal das empresas. A aprovação desse sistema requer mudanças na Lei 13.467/2017, na Constituição Federal e em decisões do STF.<sup>35</sup>

Com base no Enunciado 24 do Ministério Público do Trabalho, o DIEESE entende que “as assembleias dos trabalhadores das diversas categorias profissionais têm poder para deliberar sobre a cobrança da contribuição sindical, além de autonomia para definir valores e prazos para seu pagamento. Resguardando-se o direito à oposição, a contribuição seria extensiva ao conjunto dos trabalhadores - sindicalizados ou não”.<sup>36</sup> No campo jurídico, a criação de uma contribuição compulsória para todos os trabalhadores enseja uma complexa discussão sobre a sua eventual natureza tributária.<sup>37</sup>

Os negociadores profissionais relatam que as empresas estão com dificuldade para negociar com os sindicatos laborais de várias categorias profissionais. Elas se dizem pressionadas a contribuir de alguma maneira para os referidos sindicatos. Muitas se

---

<sup>34</sup> Menção feita em várias reuniões do Lula com empresários

<sup>35</sup> O recolhimento de contribuições aprovadas em assembleias e de forma obrigatória confronta com a Lei 13.467/2017 e decisões do STF que exigem a concordância expressa de cada trabalhador individualmente. Isso se choca também com decisões do STF que limitam aos associados a cobrança obrigatória de qualquer contribuição.

<sup>36</sup> “Subsídios para o debate sobre a questão do Financiamento Sindical”, São Paulo: DIEESE, **Nota Técnica nº 200**, 2018

<sup>37</sup> A obrigatoriedade de pagamento de contribuição aos sindicatos pode ser caracterizada como tributo e, nesse caso, necessita de aprovação por lei complementar. O quórum para aprovação de projeto de lei complementar é maioria absoluta das duas Casas do Congresso (41 senadores e 257 deputados). A votação no Senado Federal é feita em turno único, mas na Câmara dos Deputados realiza-se em dois turnos. Com a composição do Congresso Nacional para o período de 2023-26, a aprovação dessa matéria parece bastante difícil.

mostram dispostas a aprovar a proposta acima. A decisão, é claro, será do Congresso Nacional. Esse é um tema muito sensível e de grande complexidade o que exigirá um bom conhecimento por parte dos parlamentares.

#### **b. Liberdade sindical**

Tudo indica que para resolver a questão do custeio e para ampliar a representatividade das entidades sindicais laborais, dirigentes das centrais sindicais têm interesse na aprovação de uma reforma sindical com base na liberdade pregada pela Convenção 87 da OIT.<sup>38</sup> A espinha dorsal dessa reforma seria a substituição dos conceitos de categoria e base territorial pelo de representatividade.<sup>39</sup> Em cada âmbito de negociação, negociaria apenas o sindicato mais representativo ou os mais representativos.

O modelo a ser proposto, muito provavelmente, conterá elementos da pluralidade sindical com barreiras para evitar uma pulverização dos sindicatos. Seria uma pluralidade controlada. A sindicalização por empresa é rejeitada. Os sindicatos seriam criados por ramo e setor no âmbito das negociações coletivas, respeitando a simetria do lado empresarial. Para aferir a representatividade, referendar os âmbitos de negociação e resolver conflitos sindicais, seria criada uma espécie de agência reguladora da organização sindical.

Esse modelo parece ser um meio termo entre a pluralidade e a unicidade. Muitos novos sindicatos poderiam ser criados, mas apenas os mais representativos teriam a prerrogativa de negociar coletivamente. Seria mantida a estrutura confederativa, acrescida das centrais sindicais.<sup>40</sup> A complexidade dessa nova organização exige explicações mais claras.

A reinstalação de uma estrutura sindicalista forte é de grande importância para o PT. Por meio dela, o partido ganha recursos e milhares de cabos eleitorais (sindicalistas). Trata-se de uma máquina que sempre atuou de modo decisivo nas campanhas eleitorais por meio de contatos pessoais, organização de grupos, uso de carros de som, carreatas, comícios, festas, transporte de eleitores, etc. A capilaridade dessa máquina é um capital político precioso que fez falta na eleição de 2022, pois o poderio econômico dos

---

<sup>38</sup> A ratificação da Convenção 87 da OIT exigirá do Brasil uma mudança constitucional

<sup>39</sup> A representatividade seria apurada periodicamente por uma comissão bipartite de representantes de trabalhadores e empresários, levando em conta o número de trabalhadores sindicalizados em relação ao total de trabalhadores do âmbito de cada negociação coletiva.

<sup>40</sup> Clemente Ganz Lúcio, “A reforma das relações sindicais volta ao debate no Brasil”, **Estudos Avançados**, Vol. 34, nº 98, Jan-Abr 2020

sindicatos estava enfraquecido em decorrência do fim da obrigatoriedade da contribuição sindical.

Outro tema de interesse das entidades sindicais laborais é a sindicalização e a negociação dos servidores públicos. A pressão salarial das várias categorias deverá ser proporcional às promessas de campanha. Isso envolverá mudanças no processo de negociação e no direito de greve dos servidores públicos – assunto igualmente delicado.

## **5. Ações na área trabalhista**

Sobre a reforma trabalhista, as Diretrizes do Governo Lula-Alckmin 2023-26 dizem o seguinte:

“O novo governo irá propor, a partir de um amplo debate e negociação, uma nova legislação trabalhista de extensa proteção social a todas as formas de ocupação, de emprego e de relação de trabalho, com especial atenção aos autônomos, aos que trabalham por conta própria, trabalhadores e trabalhadoras domésticas, teletrabalho e trabalhadores em *home office*, mediados por aplicativos e plataformas, revogando os marcos regressivos da atual legislação trabalhista, agravados pela última reforma e reestabelecendo o acesso gratuito à justiça do trabalho”.<sup>41</sup>

A menção a “marcos regressivos” aponta para mudanças que podem significar um retrocesso na reforma trabalhista. A Lei 13.467/2017 criou um sistema engenhoso que combina liberdade com garantia de proteções. Ele dá às partes a liberdade para negociar vários direitos e o negociado prevalece sobre o legislado. Mas, se as partes não quiserem negociar, a lei garante as proteções da CLT e da Constituição Federal, sem nenhuma regressão.

### **a. Terceirização**

Um dos pleitos mais prováveis das centrais sindicais e do próprio PT será a modificação das regras da terceirização estabelecidas pelas Leis 13.429/2017 e 13.467/2017. Grande parte dos sindicalistas não se conforma com a possibilidade de se terceirizar as

---

<sup>41</sup> “Diretrizes do Governo Lula-Alckmin 2023-26”, item 13.

atividades fim. Isso é visto como prejudicial aos trabalhadores e à ação dos sindicatos laborais.

### **b. Trabalhadores em plataformas**

Na busca de regras de proteção dos que trabalham em plataformas digitais, as centrais sindicais, em especial a CUT, estarão particularmente interessadas em sindicalizar os milhões de trabalhadores que operam dessa maneira. Além de aumentar sua fonte de pressão sobre as empresas, a referida sindicalização pode render muitos recursos para os sindicatos laborais.

### **c. Mudanças pontuais na reforma trabalhista**

É provável que mudanças pontuais venham a ser demandadas na Lei 13.467/2017 da reforma trabalhista. Dentre elas, estão a volta da obrigatoriedade da homologação de dispensas nos sindicatos laborais e a pressão para voltar a negociação coletiva em vários direitos que hoje são negociados individualmente por força da reforma trabalhista.

Provavelmente, a volta da ultratividade é outra mudança a ser buscada.<sup>42</sup> O mesmo poderá ocorrer com os pleitos sobre o pagamento de hora *in itinere*, mudanças nas regras do banco de horas, ajustes no regime de teletrabalho, mudanças na caracterização e penalização de danos extrapatrimoniais, ajustes nas regras de insalubridade e outros riscos à saúde, participação sindical na contratação do trabalho autônomo e intermitente, aprovação dos sindicatos nos casos de demissão coletiva, mudanças nas comissões de empregados, revisão dos direitos negociáveis (art. 611-A), estipulação generalizada da justiça gratuita, aumento do alcance das leis de cotas, redução da jornada de trabalho sem redução de salário e outros.

No trato das proteções dos trabalhadores, é provável a elevação da ênfase que hoje já é alta na área da saúde e segurança. Por meio da CIPA e de outros conselhos, os sindicatos buscarão exercer maior pressão sobre as empresas.

Por fim, as centrais sindicais vislumbram restabelecer o grande poder que tinham nos vários conselhos e comissões da OIT em Genebra. Com isso, buscarão reunir argumentos para o governo brasileiro ratificar convenções protetivas aos trabalhadores e que passam a compor o ordenamento jurídico do Brasil. Devem ter prioridade as

---

<sup>42</sup> O fim da ultratividade tem incomodado várias empresas que enfrentam dificuldades de ordem prática para cancelar por completo e por ocasião das datas-base, os benefícios negociados com os sindicatos laborais.

Convenções 158 que restringe as demissões imotivadas e a 190 que penaliza as empresas por violência e assédio.

Todas essas mudanças tenderão de ser aprovadas pelo Congresso Nacional. Isso não será fácil. Afinal, os dados sobre geração de empregos e redução do desemprego e de conflitos nos últimos anos deixam claras as vantagens da reforma trabalhista para empregados e empregadores. Estudos específicos têm mostrado o impacto positivo da reforma trabalhista em várias áreas.<sup>43</sup>

## Conclusão

A nova Era do PT no governo central levanta esperanças e preocupações. Lula prometeu um governo eficiente, promotor do crescimento econômico, gerador de empregos e com o aumento real do salário mínimo. Nada disso ocorrerá se persistir o desequilíbrio das contas públicas e a desconfiança dos investidores. O desenvolvimento econômico exige condutas que sejam capazes de estimular os investidores a correr riscos para lucrar lá na frente e, nessas jornadas, buscarem a mais alta eficiência possível nos seus negócios. Cabe ao Estado garantir um bom ambiente de negócios e investir de forma inteligente na saúde, educação, justiça e segurança. A melhoria continuada do capital humano e da produtividade do trabalho, com as devidas recompensas aos que trabalham com dedicação e eficiência, são essenciais para o progresso.

Nesse novo mandato de Lula, será inevitável conduzir a economia com conhecimento e austeridade. Essa não é a tônica dos partidos que o apoiaram. Historicamente eles sempre privilegiaram o Estado-Emprendedor gastador, as empresas estatais, a expansão do emprego no setor público e a mobilização permanente das suas bases eleitorais. Antecipa-se um choque de visões que terá de ser controlado pelo próprio Lula para não agravar o déficit público e corroer a confiança dos investidores.

Essa virada de chave é desafiadora. A militância sempre perseguiu a ativação exagerada dos movimentos sociais pela via do assembleísmo, que, de um lado, dá voz às bases, e, de outro, retarda as decisões da administração pública, desestimula as inovações e afasta os investimentos.

---

<sup>43</sup> Raphael Corbi, et. alt. “Labor Courts, Job Search and Employment: Evidence from a Labor Reform in Brazil” São Paulo: Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 2022; José Pastore, Sylvia Lorena T. de Sousa e Pablo R. Carneiro, “Reforma trabalhista: a regulamentação da terceirização gerou segurança jurídica”, **Migalhas**, 22/03/2022; José Pastore, Sylvia Lorena T. de Sousa e Pablo R. Carneiro, “Reforma trabalhista: segurança para empregados e empregadores”, **Correio Braziliense**, 03/04/2022; Sylvia Lorena T. de Sousa, José Pastore e Pablo R. Carneiro, “Reforma trabalhista e negociação coletiva: ganhos para todos”, **Migalhas**, 19/07/2022.



É no meio dessa dicotomia de orientações que devem ser discutidas as questões sindicais de trabalhistas. Na política do PT, a ligação entre os sindicatos, movimentos sociais de base e o assembleísmo sempre foi estreita. É bem provável que as discussões na área sindical venham a ocorrer na base desse assembleísmo e com precedência sobre as da área trabalhista. O PT e os partidos coligados têm sinalizado a necessidade de fortalecer as finanças dos sindicatos para que possam exercer um papel mais eficiente nas negociações coletivas e nos movimentos sociais de base. Pelo que se lê na literatura, é pretensão do sindicalismo laboral promover mudanças que tornem as entidades sindicais mais representativas para negociar e para atuar na área social e política. Isso permitiria também fortalecer a atuação dos sindicatos em mesas de negociação tripartites e no Congresso Nacional para corrigir as alegadas distorções da reforma trabalhista aprovada em 2017.

Tudo indica que, nas áreas sindical e trabalhista, sindicatos, ONGs, comissões, conferências e o próprio Lula manterão uma linha de conduta mais próxima do populismo do que do comedimento e autocontrole.

Disso dependerá o futuro da economia brasileira e do próprio governo. A história mostra que o populismo costuma passar por quatro fases. Na primeira, a da glória, as benesses prometidas são pelo menos parcialmente cumpridas. Na segunda, começa-se a duvidar da estratégia porque o déficit público aumenta, os investimentos caem e os empregos não surgem. Na terceira, vêm os primeiros sinais do colapso com elevação da inflação ou chegada da recessão. Na quarta, volta a necessidade de se utilizar políticas firmes para reequilibrar as finanças públicas, surgindo, então, a decepção popular e mudança do governo.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Dornbusch e Edwards fizeram um amplo balanço do populismo na América Latina desde os tempos de Perón na Argentina. Ver Rudiger Dornbusch e Sebastián Edwards, “La macroeconomía del populismo en la América Latina”, *El Trimestre Económico*, Vol. 57, no. 225, 1990. Vários ensaios vêm anotando a volta do populismo na região. Ver Rodrigo Turrer, “Urnas trarão duelos novos entre populismo e democracia”, *O Estado de S. Paulo*, 01/01/2022.